



Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil

Connections between the feminist and LGBT movements in Brazil

Cleyton Feitosa Pereira^(*)

RESUMO

Quais relações, alianças e conexões foram estabelecidas entre o Movimento Feminista e LGBT no Brasil? A partir desse problema, explorei suas trajetórias políticas por meio da bibliografia especializada na história dos dois movimentos no país (PINTO, 2003; FACCHINI, 2005). Os resultados indicaram que tais militâncias se desenvolveram separadamente com pouca articulação, diálogo e alianças políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais. Movimento Feminista. Movimento LGBT.

ABSTRACT

What relationships, alliances and connections were established between the Feminist and LGBT Movement in Brazil? From this problem, I explored his political trajectories through the specialized bibliography on the history of the two movements in the country (PINTO, 2003; FACCHINI, 2005). The results indicated that such militants developed separately with little articulation, dialogue and political alliances.

KEYWORDS: Social Movements. Feminist Movement. LGBT Movement.

As lutas feministas e seu esforço de teorização do mundo para compreender as engrenagens que movem o motor da dominação masculina inauguraram um campo político e científico que possibilitou a emergência do ativismo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) bem como a construção de saberes, conceitos e ferramentas analíticas que ajudam

^(*) Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE (2016). E-mail: cleyton_feitosa@hotmail.com.

a explicar os fenômenos que atingem fortemente a dignidade humana e o exercício da cidadania LGBT (VIEIRA, 2013).

A denúncia de opressões e violências que ocorriam para além da narrativa clássica da exploração econômica do “homem sobre o homem” - embora o conceito de classe venha ocupar lugar central entre as feministas marxistas (SAFFIOTI, 2013) - desencadearam um conjunto de questionamentos e contestações de ordens instauradas no campo da cultura, dos comportamentos e das relações humanas a partir de outras leituras sobre o poder e suas variadas formas de expressão e manifestação.

A perturbação de conceitos da Modernidade como o público e o privado, privacidade e intimidade, autonomia e outros como diversidade e diferença, identidade, papéis de gênero, sexualidade, casamento, afeto, liberdade e igualdade permitiu que o Movimento LGBT também passasse a reivindicar a revisão dos pressupostos de tais conceitos a partir das suas experiências singulares.

Nessa direção, é possível notar que a trajetória do Movimento Feminista e do Movimento LGBT guardam muitas semelhanças, na medida em que os Estudos de Gênero serviram para problematizar papéis, expectativas e normas hegemônicas tidas como naturais, e muitas diferenças também. Por exemplo, a primeira onda do feminismo brasileiro tinha na busca pelo sufrágio universal a sua principal agenda, enquanto a primeira onda do Movimento LGBT buscava superar a violência histórica que sempre acompanhou o segmento (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Não que a violência não tivesse uma relação historicamente intrínseca com as mulheres, pelo contrário, elas sempre conviveram com diferentes formas de expressão da violência, inclusive aquelas de ordem simbólica e estrutural, naturalizadas no tecido social e avalizadas pelas instituições, públicas, como o Estado, e privadas, como a família. A própria ausência do direito ao voto mostra-se forte violência simbólica na medida em que eram consideradas inferiores, incapazes e tuteladas pelos homens que eram “porta-vozes” dos seus interesses. Mas a violência que recai sobre as mulheres cis-héterossexuais possui uma conotação diferenciada daquela dirigida a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Enquanto para essas

mulheres a dominação ou a submissão parecem as palavras ideais para ilustrar o tipo de violação a que estão acometidas, a abjeção, a patologização e o ódio parecem ilustrar com mais fidelidade a expressão de violência sofrida por LGBT no seu cotidiano.

Mesmo sofrendo fenômenos semelhantes que tem as mesmas matrizes de subalternização - a dominação masculina, o patriarcado, a heteronormatividade e a cisgeneridade - que se expressam de maneira específica para cada segmento, a afirmação das identidades LGBT no Movimento Feminista sempre se mostrou carregada de tensões, resistências e, por que não, discriminações internas. As lésbicas sofreram muitas resistências entre a primeira e a segunda ondas do feminismo para demarcarem suas orientações sexuais “diferenciadas” e a necessidade de discutir direitos sexuais e reprodutivos, afetos e a heteronormatividade dominante na cultura. As lésbicas inauguraram um pensamento que subverteu uma agenda central nas denúncias feministas: a violência doméstica da união heterossexual.

O machismo nunca deixou de ocupar um lugar importante na denúncia lésbica. Por exemplo, um antigo instrumento do patriarcado, o estupro, agora ganhava feições “corretivas” a partir de uma concepção que coloca a mulher lésbica como possuidora de uma sexualidade não desenvolvida, infantil e que não havia encontrado o homem que a tornasse uma “verdadeira” mulher. Essa modalidade, evidentemente, além de sua face cruel, revela uma relação de poder arbitrária que impede a autonomia e o reconhecimento dos desejos e liberdades das mulheres. E sendo mais uma expressão da dominação masculina, fere a todas as mulheres, assim como a toda humanidade já que estão em xeque dimensões importantes como dignidade, igualdade, liberdade e justiça.

Essa secundarização da pauta lésbica no Movimento Feminista tem acarretado em desigualdades até os dias atuais. Além do apagamento da diversidade de orientação sexual, as lésbicas têm lutado por visibilidade (instituinto datas para arregimentar atenção pública como o dia 29 de agosto no Brasil que representa o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica) e reconhecimento de suas diferenças. Além disso, a violência de caráter

lesbofóbica não parte apenas de homens, mas também de outras mulheres que comumente alegam temer serem cortejadas por elas.

Nessa encruzilhada, as mulheres lésbicas e, nesse conjunto, as mulheres bissexuais, se veem em um fogo cruzado entre militar no Movimento Feminista, dominado, muitas vezes, por mulheres heterossexuais e, portanto, com uma perspectiva heteronormativa de mundo, ou no Movimento LGBT, ocupado significativamente por homens gays, travestis e mulheres trans, que, embora possuam identidades femininas, foram socializadas como homens e podem expressar conjuntamente, gays e trans, centralismos políticos e práticas machistas em oposição à socialização feminina que tem como marcadores subjetivos a submissão e o acato.

O resultado desse impasse é que, por exemplo, os Organismos de Políticas Públicas para as Mulheres desenvolvem pouquíssimas ações voltadas para a promoção da cidadania de mulheres lésbicas e bissexuais, concentrando-se no combate à violência doméstica de orientação heterocentrada (e ignorando que a violência doméstica também ocorre entre mulheres que se relacionam com mulheres já que o sexismo não é reproduzido apenas por homens, mas pelo conjunto de atores e atrizes imersas em estruturas patriarcais). Outras agendas específicas também se situam hierarquicamente inferior a exemplo da saúde ginecológica, o direito ao casamento, à reprodução, a adoção e a maternidade envolvendo as lésbicas e bissexuais.

Travestis e mulheres transexuais, apesar de virem paulatinamente nos últimos anos conquistando o reconhecimento de suas feminilidades e, portanto, fortalecendo uma compreensão mais ampla, diversa e plural de mulheridades, ainda sofrem muita resistência advinda de setores do movimento feminista. Tais setores, muitas vezes denominados pelas trans de Rad Fem, uma abreviação para feminismo radical, advogam uma ideia de que mulheres trans não são mulheres, na medida em que não nasceram biologicamente mulheres, não foram socializadas como tal e não sofrem as iniquidades vivenciadas exclusivamente pelas mulheres cis como a violência obstétrica. Não é incomum Secretaria de Políticas para as Mulheres direcionarem-nas para organismos de políticas públicas LGBT, órgãos estes

muito mais precarizados e diminutos que as de mulheres e disputado por outros segmentos como de gays, por exemplo.

A tensão estabelecida entre feministas cis e transfeministas possuem muitos pontos em disputa que merecem ser explorados e aprofundados em pesquisas e investigações específicas sobre a questão, mas um argumento recorrentemente invocado pelas mulheres cis é o de que as mulheres trans ao reivindicarem pra si o gênero feminino por meio de tecnologias e performances tidos como feminino socialmente, estariam reforçando papéis e estereótipos que há muitos anos o Movimento Feminista vem lutando para se desvencilhar (MIGUEL, 2016). Fechando esse ponto das tensões entre os Movimentos Feminista e LGBT, também temos os gays, por vezes acusados de reproduzirem condutas machistas e misóginas. Um exemplo dessa reprodução seriam as saunas gays ou as festas dos ursos (gays hiper-masculinizados, peludos e de mais idade, que remetem a pais de família heterossexuais - em que são vetadas a entrada de mulheres nos ambientes. Apesar de gays sofrerem os efeitos da homofobia por estarem fortemente associados ao feminino, eles também podem expressar sexismo quando dizem sentir nojo de vaginas, por exemplo, ou condenam outros gays tidos como mais efeminados.

Mas, se por um lado, essa relação entre os dois segmentos é permeada por tensões, estranhamentos e acusações, por outro, também é verdade o jogo de alianças, solidariedade, inspiração e mutualismo político na relação entre o Movimento Feminista e o LGBT. Como já dito, muitas das lutas feministas que antecederam o surgimento do Movimento LGBT pavimentaram caminhos que inspiraram ativistas LGBT a subverterem normas culturais dominantes e possibilitaram a emergência de uma agenda da sexualidade, tema à princípio próprio da esfera privada e da intimidade, como problema público e questão de Estado. Nessa direção, esse trabalho foi desenvolvido na busca de responder o seguinte problema: quais relações, alianças e conexões foram estabelecidas entre o Movimento Feminista e LGBT do Brasil nas suas trajetórias políticas?

Para responder tal problema, realizei uma pesquisa bibliográfica com duas autoras que lançaram importantes obras sobre a história dos dois

Movimentos no Brasil: no caso do feminismo, utilizei o clássico livro de Céli Pinto (2003) intitulado *Uma história do feminismo no Brasil* e no caso LGBT, trabalhei com o também clássico estudo de Regina Facchini (2005) chamado *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90* buscando encontrar os momentos em que estes Movimentos se encontram no que se refere a agendas, pautas, eventos e outros elementos. Assim, este artigo se divide em duas seções: a primeira apresenta a história do Movimento Feminista e a segunda a história do Movimento LGBT no Brasil. Nas considerações finais tentarei responder o problema com base na exposição das trajetórias políticas de ambos os Movimentos.

Breve História do Movimento Feminista Brasileiro (PINTO, 2003)

Em *Uma História do Feminismo no Brasil*, Céli Pinto (2003) classifica a história do Movimento Feminista brasileiro em quatro fases: a primeira apresenta o surgimento do Movimento Feminista no final do Século XIX e começo do XX; a segunda aborda o feminismo nascente no contexto da Ditadura Militar; a terceira narra a mobilização desse Movimento na redemocratização brasileira na quarta e última fase narra a década de 90 e a expansão das Organizações Não-Governamentais Feministas.

A primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos mediante a participação eleitoral que correspondia basicamente ao direito de votar e ser votada, na medida em que até o começo do Século XX era negada às mulheres a igualdade política. Bertha Lutz exerce importante liderança e atividade política pelos direitos das mulheres desde 1920 até a década de 70 quando vem a falecer.

Esse período inicial do Movimento Feminista é caracterizado por três vertentes no seu interior: uma primeira vertente que não define a exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem (tido como um feminismo bem comportado), uma segunda vertente composta por um feminismo difuso tocado por intelectuais (professoras, escritoras, jornalistas) tendo um campo mais vasto de questões como por exemplo a educação da

mulher, a dominação dos homens e temas delicados para a época como sexualidade e o divórcio (feminismo menos comportado) e uma terceira vertente que tinha relação com o Movimento Anarquista e com o Partido Comunista priorizando a luta contra a exploração do trabalho (feminismo ainda menos comportado).

Estávamos no Brasil do final do Século XIX e o país passava por um processo de urbanização e industrialização culminando no surgimento de uma classe operária. Na Constituição de 1891 as mulheres são esquecidas nos artigos que regulavam as eleições no país. Não é que a Carta Magna as proibia de votar, ela simplesmente ignorava a existência das mulheres, provocando as mesmas a requererem o alistamento eleitoral de muitas mulheres. A luta pelo sufrágio universal do período pretendia ampliar sua base de apoio formando uma opinião pública favorável às suas reivindicações e por isso, as feministas utilizavam jornais, participavam de eventos públicos e há registros de uma passeata à época.

Em 1910, como resposta a não-aprovação do voto feminino pela Constituinte, um grupo de mulheres fundou o Partido Republicano Feminino (PRF). Além do voto das mulheres, o Estatuto do Partido Republicano Feminino também falava em emancipação, independência e exploração sexual. O PRF desaparece nos últimos anos da década de 1910 quando surge no mesmo período a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino tem estreita relação com a volta ao Brasil, no ano de 1918, de Bertha Lutz que tinha ido a Paris estudar. É interessante observar a trajetória e o perfil de Lutz: filha de uma elite econômica e intelectual. Sua ida para Paris a fez ter contato com ideias feministas do Norte. Chama atenção o fato de que Bertha Lutz possuía reconhecimento e trânsito entre a elite política da época. No ano de 1922, após retornar de uma viagem aos Estados Unidos, é organizado o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. A partir de então a FBPF espalha-se pelo país durante a década de 20 com presença nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte tendo a luta pelo direito ao voto como agenda central. As mulheres que compunham o núcleo duro da FBPF tinham um claro perfil de elite econômica.

Buscando apoio na opinião pública a FBPF entrega um abaixo-assinado com 2000 assinaturas de mulheres ao Senado. Construindo uma relação de aliança com Juvenal Lamartine, então Presidente do estado do Rio Grande do Norte, o estado passa a ser o primeiro a aprovar uma lei autorizando o voto feminino. A primeira eleitora mulher da história do Brasil é da cidade de Mossoró que fica no interior do Rio Grande do Norte. É importante ressaltar que a luta pelo voto feminino também era promovida por outras mulheres nos seus estados sem relação com a Federação. A própria Bertha Lutz não era uma líder livre de contestações: Natércia Silveira, uma advogada gaúcha disputou a liderança da Federação e se retirou posteriormente ao apoiar a candidatura de Getúlio Vargas para a Presidência da República promovendo um conflito aberto com Lutz que via no engajamento político uma ameaça à luta pelo direito ao voto. Até que no ano de 1932 o novo Código Eleitoral passou a incluir as mulheres no processo eleitoral reconhecendo seus direitos políticos. A FBPF tentou eleger Bertha Lutz para a Constituinte de 1934 conquistando uma suplência e assumindo a titularidade com a morte de um deputado e no mesmo ano a Federação organiza o III Congresso Nacional Feminista. No entanto, com o Golpe de 37 a Federação perde espaço e expressão no cenário brasileiro.

Outra característica dessa primeira fase é o jornalismo feminista. No final do Século XIX e começo do XX fazia parte do Brasil a luta pela liberdade de informação. Nesse contexto, existiam as feministas que sustentavam pequenos jornais, alguns até artesanais, em que publicavam artigos e opiniões consideradas mais radicais sobre a condição da mulher. Em 1873, Francisca Senhorinha Motta Diniz é a primeira mulher a fundar um jornal brasileiro com o objetivo de divulgar a “causa da mulher” chamado *O Sexo Feminino* que passaria a se chamar *15 de Novembro do Sexo Feminino*.

Além do jornalismo feminista, havia também nesse período o feminismo anarquista. Naquela época o Brasil recebia imigrantes italianos, espanhóis e portugueses que formavam uma massa operária no Rio de Janeiro e São Paulo trazendo ideias libertárias do anarquismo europeu. É nesse momento que ocorrem as primeiras grandes greves do Brasil e se estabelece uma ativa imprensa anarquista no país. As mulheres que faziam

parte dessas mobilizações apontavam a opressão masculina, diferentemente das sufragistas.

A primeira manifestação de mulheres próximas ao anarquismo é datada de 1920 e foi lançado pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro. Tal manifesto ilustra a posição das mulheres apontando a impossibilidade de conquistar a igualdade sem o reconhecimento da condição da mulher na fábrica. Elas, portanto, chamavam atenção para a questão da diferença que ganharia força na segunda metade do Século XX. Sua pauta tinha na questão do trabalho sua centralidade. Dentre as suas denúncias, constavam o fato de que o tempo da mulher era consumido pela dupla jornada de trabalho. Maria Lacerda de Moura, uma destacada anarquista, se opõe às sufragistas acreditando ser tal luta muito restrita e pouco transformadora das relações de dominação na sociedade. É interessante notar as diferenças de classe entre as sufragistas da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, claramente abastadas, e as anarquistas operárias, trabalhadoras exploradas.

O Golpe de 1937 aniquila a expressão pública de movimentos mais visíveis e expressivos, retomando apenas na Ditadura Militar (1964-1985) contra o regime repressivo. Como balanço das conquistas dessa primeira fase do feminismo brasileiro temos a conquista do voto como principal vitória das mulheres engajadas no país.

O Movimento Feminista ganha nova expressão após o Golpe de 64, mas é importante entender o contexto mais amplo do Golpe Militar no Brasil: internacionalmente havia uma crítica ao capitalismo estadunidense e ao socialismo do Leste Europeu. Aconteciam nesse cenário movimentos *beatnik* e *hippie* nos EUA e os protestos de Maio de 1968 em Paris. Americanas lideradas por Beth Friedman tiram o sutiã em praça pública. Ocorre o lançamento de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. No Brasil havia uma polarização política entre a União Democrática Nacional (UDN), composta por empresários, proprietários de terras, a classe média e forças armadas empunhando a bandeira do anticomunismo *versus* partidos nacionalistas (Partido Trabalhista Brasileiro) e clandestinos (Partido Comunista Brasileiro), empresários nacionalistas, operários urbanos, movimentos

camponeses, intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica. É nesse cenário de polarização política nacional aliado à Guerra Fria em plano internacional que ocorre o Golpe Militar de 1964.

A Ditadura Militar vai aprofundando o seu aparato repressivo e a censura extrapola o campo político estendendo-se a questões morais e de costumes. Enquanto o Norte Global passava por momentos de revolução e mudanças culturais, o Brasil entrava em profunda repressão política e perseguição ideológica/comportamental. Surge na década de 70 o Movimento Feminista. Também havia um movimento de mulheres¹ que era composto por organizações de luta contra a carestia, clubes de mães, o movimento pela anistia, entre outras agendas que não exatamente a luta contra a condição inferior da mulher. Há relatos de aproximação desses movimentos de mulheres com o Movimento Feminista à época. O Movimento vivia tensões internas entre a autonomia da luta específica da causa da mulher e a luta contra a ditadura, além de ser apontado como um sério desvio pequeno-burguês pela esquerda que trocava a “luta de classes” pela “luta de sexos”.

Em 1972 ocorrem dois eventos de natureza distintas: o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher liderado pela advogada Rony Medeiros (que era mais conservadora e com trânsito entre a elite política militar) e as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e Rio de Janeiro (que também ocorriam reuniões em outros estados), de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil. Essas reuniões eram promovidas por grupos feministas inspirados no feminismo nascente do hemisfério norte e realizavam grupos de reflexão informais que reuniam mulheres que se conheciam previamente e tinham um caráter bastante privado, unidas por amizade, afinidades intelectuais e políticas. A entrada em tais reuniões se dava através de convite. Em alguns casos essas feministas até chegaram a promover atividades públicas, mas o contexto era de pouca oportunidade política em virtude do regime autoritário. As reuniões tinham um caráter terapêutico onde se debatia assuntos diversos sobre a condição feminina.

¹ A diferença entre um movimento e outro reside no fato de que apenas o feminismo questionava os papéis atribuídos às mulheres e lutavam por essas mudanças.

Outro conjunto que compõe o período da Ditadura Militar é o das feministas exiladas. Ativistas exiladas na Europa encontraram um clima diferente da do Brasil, propício à contestação a outras formas de hierarquia para além do autoritarismo político e de classes. Ocorre então em 1972 a fundação do grupo Latino-Americano de Mulheres fundado por uma ex-militante comunista autoexilada em Paris, Danda Prado, provocando resistência dos homens acusando de ser apolítico e de em nada contribuir na luta contra a ditadura. Outro grupo com esse perfil de exílio é o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1975-1979) comprometido com o ideário marxista.

1975 é um ano particularmente singular nessa fase do Movimento Feminista. É em 75 que a Organização das Nações Unidas (ONU) define aquele ano como o Ano Internacional da Mulher. É também nesse ano que surge a organização de ativistas acadêmicas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que conforma um outro tipo de feminismo no Brasil, o feminismo acadêmico, e o surgimento da pesquisa científica sobre a condição da mulher no país. Nesse mesmo ano também nasce o Movimento Feminista pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini e reunia familiares de pessoas exiladas, presas ou desaparecidas.

Também em 1975 que, a partir de um evento no Rio de Janeiro, é criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) que se tornava público, diferentemente das reuniões privadas das feministas, e buscava a institucionalização. Também havia uma tensão interna entre as mulheres que se identificavam com uma problemática própria e exclusiva das mulheres *versus* aquelas que articulavam a luta feminista com a questão da classe. A partir de 77, o CDMB foi dominado por mulheres marxistas do Partido Comunista pró-soviético. Mas ele abrigava três tendências: a marxista (luta de classes), a liberal (direitos individuais) e a radical. E em 1978, o Centro lança um documento intitulado “Carta às Mulheres” que continha reivindicações gerais e específicas para os candidatos. Dentre as reivindicações gerais, encontravam-se a anistia ampla, geral e irrestrita; eleições livres e diretas para todos os cargos; assembleia geral constituinte; fim da carestia e entre as reivindicações específicas tínhamos demandas

encontradas nos movimentos de mulheres, como clubes de mães e associações de bairro.

Uma outra fase do feminismo brasileiro proeminente é o feminismo da redemocratização (PINTO, 2003). Em 1979 acontecia a anistia a presos e exilados políticos e a reforma partidária que acabava com o bipartidarismo da Ditadura Militar composto pela ARENA e MDB. Nessa reforma, as feministas que faziam oposição ao regime militar se dividiram entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ainda assim houve uma tensão entre feministas que lutavam pela institucionalização e aproximação da esfera estatal e as autonomistas que viam nessa aproximação um sinal de cooptação. Também surge um feminismo acadêmico ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas em São Paulo e Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher. A relação do feminismo com o campo político a partir de 1979 se dá em três áreas diferentes: (i) através da conquista de espaços institucionais como os Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, (ii) por meio da presença de mulheres em cargos eletivos e (iii) por intermédio de formas alternativas de participação política.

O perigo da perda de autonomia nunca permitiu criar um consenso absoluto sobre a criação de conselhos e ministérios que se ocupassem das questões das mulheres. Além disso, uma parte do Movimento Feminista lutava por transformações nas relações de poder que não poderiam advir de uma estreita colaboração entre o Movimento e o Estado. Um dilema emergia nesse contexto: atrelar-se a um partido e ameaçar a autonomia e a unidade do Movimento ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão sobre o Estado.

A institucionalização acabou acontecendo de todo modo. Essa institucionalização passa pela vitória do PMDB em governos estaduais e em São Paulo no qual que a vitória de Franco Montoro resulta na criação do primeiro conselho da mulher em 1983 (Conselho Estadual da Condição Feminina). Contudo ele tinha caráter consultivo e propositivo, sem orçamento e era composto por mulheres do PMDB, sofrendo oposição de feministas do PT e de camadas populares que ansiavam por creches. Isso revelava um

problema recente da institucionalização: os grupos são suficientemente fortes para romper a impermeabilidade estatal, mas não o bastante para ocupar um espaço nas instâncias decisórias.

O Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNCM) surge em 1985 a partir do Movimento das Mulheres pelas Diretas Já. Nasce da iniciativa de um grupo de 40 mulheres do PMDB que procurou Tancredo Neves ainda candidato para garantir a criação do órgão. Com a sua morte, José Sarney, seu vice, manteve a promessa e criou o Conselho. O CNCM foi criado junto ao Ministério da Justiça com orçamento próprio tendo sua presidenta status de Ministra. Eram compostos por 17 conselheiras nomeadas pelo Ministro da Justiça. Com Collor, o CNCM perdeu seu orçamento e eram indicadas para a sua composição mulheres sem tradição no feminismo. Mesmo com Fernando Henrique Cardoso o Conselho não recupera o espaço conquistado na década de 80. Ele terá um papel importante na Constituinte de 1988.

Mesmo com a presença de apenas 5,6% (26 exatamente) mulheres na Câmara dos Deputados sendo formado por um número significativo de mulheres eleitas por partidos de direita (PFL e PDS), elas se autodenominaram “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres. Três motivos contribuíram para isso: a proposta de 3 emendas populares promovidas por movimentos de mulheres; a presença do agora chamado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a postura unificada das constituintes. O CNDM realizou campanhas de mobilização e elaborou “A Carta das Mulheres” contendo reivindicações tanto gerais quanto específicas. A questão do aborto não foi explorada no documento como um recuo tático diante do pensamento conservador. A atuação do CNDM em parceria com a bancada feminina resultou em muitos ganhos na versão final da Constituição Federal de 88 que ficou conhecida como a Constituição Cidadã.

A década de 80 também é marcada pela entrada na esfera públicas de novos temas com ênfase na violência e na saúde. Antes, a questão da violência era tida como um tabu restrita à vida privada. Caso de destaque foi o assassinato de Ângela Diniz pelo seu ex-marido Doca Street. Ele fora absolvido sob o argumento da legítima defesa da honra. Tal sentença provocou

uma das primeiras grandes campanhas públicas das feministas e repercutiu na condenação do assassino em segunda instância. Importante marco no enfrentamento à violência contra a mulher no país.

No início da década de 80 é criado o SOS Mulher no Rio de Janeiro (1981) que se constituía num espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e de reflexão e mudança das condições de vida delas. As feministas entraram em crise com o fato de que muitas das mulheres atendidas retornavam para seus companheiros agressores e abandonavam os grupos de reflexão. Surge então um feminismo de prestação de serviço em que as mulheres vítimas encontravam profissionais da saúde e da área jurídica para obter apoio. Esse formato dominaria a década de 90, por meio das Organizações Não-Governamentais. Em 1985 é criada a primeira Delegacia da Mulher que viria a se popularizar no Brasil. Era uma resposta à violência e ao machismo institucional encontrados nas delegacias comuns. A mulher conquista então o reconhecimento público de que é sim vítima, uma vez que tal problema nunca havia sido observado na esfera pública.

Como dito, outro tema relevante a partir da década de 80 foi o da saúde da mulher. Além de temas tradicionais como os cuidados com a maternidade e com a prevenção do câncer, entra na cena pública temas controversos como o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto. Em relação ao planejamento familiar, no Brasil aparecia como um controle de natalidade classista das camadas pobres. As feministas trabalharam na elaboração de projetos de planejamento familiar que atendessem as mulheres pobres sem cair em políticas discriminatórias. Quanto ao aborto, o número anual de abortos ultrapassava a casa de um milhão de casos, a maioria sendo feita em condições precárias e arriscadas. A luta pela legalização do aborto causa grande reação por parte da Igreja Católica. Sobre a sexualidade, o debate chega tardiamente no Brasil quando comparado ao Norte Global. Apesar de ser discutido nas reuniões informais da década de 70, o tema não aparecia publicamente para não dificultar a luta por direitos civis e sociais. Além disso, era visto como um tema burguês pela esquerda e uma ameaça à família pela direita.

A década de 80 avança no debate da saúde tanto pela criação de grupos

que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher quanto pela implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). O PAISM foi sem dúvida uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas e em 1986 aconteceu a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher em Brasília.

A década de 80 também é composta por um feminismo acadêmico em ebulição nas universidades públicas brasileiras. Na verdade, o feminismo desde as suas origens sempre reuniu intelectuais, diferentemente de movimentos mais populares como os sem-terra e os indígenas, fortemente excluídos do acesso aos grandes centros de produção do conhecimento. As reuniões da segunda fase, na década de 70, reuniam professoras e profissionais liberais das áreas das Ciências Humanas e Sociais com pouca presença do campo das Exatas.

A tese de livre-docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti, orientada por Florestan Fernandes chamada *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* é considerado texto fundador e definitivo na produção acadêmica sobre a mulher. Tal produção aumenta no final da década de 70 através de concursos de dotação de recursos da Fundação Carlos Chagas (FCC) com financiamento da Fundação Ford. Também é na FCC que surge em 1981 o jornal *Mulherio*, importante publicação feminista da década. Outro importante espaço de produção sobre a mulher é o das associações nacionais das diversas áreas do conhecimento: ANPOCS, ANPED, ANPOL, entre outras. É desse período o surgimento de núcleos de estudos sobre a mulher. O primeiro surge na Pontifícia Universidade Católica do Rio em 1982 por iniciativa de uma das pioneiras, Fanny Tabak. Em 1991 acontece o I Encontro Nacional de Núcleos em São Paulo. Um exemplo de núcleo que se tornou referência é o Pagu da Unicamp. Em 1992 é criada a Redor - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. Destacam-se também núcleos e grupos de pesquisa da UnB, da USP e da UFBA. Também chama atenção pela qualidade científica a Revista de Estudos Feministas criada em 1992 pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Chegando à década de 90 temos um outro cenário marcado pela

retração dos movimentos sociais e aumento das ONGs Feministas apontando para uma profissionalização da militância. Percebe-se também um feminismo difuso que se espraia para diferentes setores da sociedade através da diminuição do espaço legítimo para a profusão de piadas machistas, racistas ou homofóbicas e para discriminações de trabalhadores e trabalhadoras em função do sexo. Também ocorre um crescente debate sobre assédio sexual nas Casas Legislativas do país.

Quanto à participação política, a questão aparece sob duas formas: a fraca participação das mulheres nas esferas estritas da política - campo eleitoral e governamental - e as formas alternativas de participação das mulheres que lhes permite êxitos expressivos na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, as ONGs possuem papel importante nessas formas alternativas de participação política e na difusão de temas diversos como a de mulheres rurais, mulheres portadoras de HIV, mulheres parlamentares, negras, prostitutas, etc. gerando a segmentação das lutas e à ideia de feminismos, no plural, em oposição àquele branco, de classe média, intelectual, heterossexual. No entanto, elas são financiadas por agências internacionais e governamentais que terceirizam responsabilidades/serviços e define a agenda de atuação da sociedade civil. É importante ressaltar que a expansão das ONGs não eliminou a existência de mulheres em movimentos, sindicatos, partidos políticos, entre outros espaços movimentalistas.

No campo da política destaca-se o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), criado em 1989 em Brasília, intermediando o campo político e o movimento de mulheres. Elas defendem projetos, propõem emendas, assessoram a bancada de mulheres, divulgando atividades no seu jornal *Fêmea*. Divulga através de suas publicações impressas e na internet as tramitações e decisões governamentais falando para lideranças e uma certa elite do movimento, não para mulheres em geral ou de movimentos populares. A Articulação da Mulher Brasileira (AMB) é um contraponto desse tipo de atuação na esfera da alta política, assessorando e organizando movimentos de base. Foi criada para preparar a ida das mulheres brasileiras à Conferência Mundial de Pequim em 1995.

Em 1991 temos a Criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e

Direitos Reprodutivos conhecida como RedeSaúde que congrega 110 filiadas em 20 estados e recebe verbas do Ministério da Saúde para realizar atendimentos. Tem tido ação destacada na defesa de implantação do serviço de aborto legal nos hospitais públicos. Reúne-se com a Coordenação da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e com a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, sinalizando concomitantemente ocupação em Conselhos e diálogos com a sociedade civil.

Em 1998 é elaborado pelo CFEMEA, CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e a Themis (Themis Assessoria Jurídica) juntamente com o Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) e em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados um documento intitulado *Propostas para o Estado Brasileiro – Níveis Federal, Estadual e Municipal – Medidas Concretas para o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Âmbito Doméstico/Familiar*.

Para o Poder Executivo ele recomenda políticas públicas, campanhas e programas educativos, inclusão curricular. Para o Poder Legislativo recomenda a aprovação de leis que garantam recursos orçamentários e reformulação de códigos. Para o Judiciário recomenda medidas de sensibilização das autoridades judiciárias como a promoção de cursos para os funcionários. Todas essas iniciativas expressam formas alternativas de participação política da mulher.

Há ainda outras organizações que estão mais focadas no empoderamento das mulheres (Geledés, por exemplo que atua em gênero e raça), outras como o SOS Corpo de Recife atuam na área da saúde da mulher e pretendem construir espaços públicos de discussão e conscientização. O Movimento Feminista na virada do milênio é composto por uma gama de organizações que atuam hoje no Brasil e que variam muito de atuação de uma pra outra.

Breve História do Movimento LGBT Brasileiro (FACCHINI, 2005)

O Movimento LGBT é bem mais recente que o Feminista. Em *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, Regina Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBT brasileiro em três ondas: a primeira delas vai de 1978 a 1983, a segunda compreende os anos de 1984 a 1992 e a terceira engloba o período de 1992 até a escrita do livro citado (2005).

A primeira onda (1978-1983) é caracterizada pelo surgimento do Movimento LGBT (chamado à época de Movimento Homossexual Brasileiro - MHB) através do grupo Somos e do Jornal Lâmpião da Esquina. A luta pela politização da homossexualidade ocorre em paralelo à luta contra a ditadura. Inclusive, atores da esquerda da época argumentarão que existia uma “luta principal” para se referir a luta contra o regime e contra o capitalismo (discurso ainda presente, em certa medida, na atualidade, em alguns setores da esquerda brasileira), o que gerava tensões e rupturas. Outra característica era a dimensão “terapêutica” que os grupos da época lançavam mão: nas rodas de diálogo, os ativistas expunham experiências de vida e condições desiguais em comum, provocando um senso de solidariedade, irmandade, semelhança e reconhecimento mútuos de problemas coletivos. Pode-se perceber a influência do pensamento feminista “o pessoal é político” nesse tipo de ação na medida em que as histórias de vida e as trajetórias eram marcadas por momentos difíceis em função de sua “opção sexual”². É formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos/SP. Surge também o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro grupo a se formalizar como uma ONG (Organização Não-Governamental) e a apresentar demandas do Nordeste brasileiro. O GGB assumirá importante protagonismo na campanha pela despatologização da homossexualidade.

² Segundo Alípio Sousa Filho (2009) o termo “opção sexual” evolui para “orientação sexual” na década de 80 no bojo das lutas pela despatologização da homossexualidade perante à Organização Mundial de Saúde. Esse mesmo autor desenvolve uma interessante crítica à essencialização do termo “orientação sexual” haja visto que ele seria uma espécie de conceito bem comportado frente à ideia de opção sexual em que as liberdades, escolhas e preferências deveriam estar em primeiro lugar. Nessa lógica, o Movimento LGBT tem utilizado o termo “orientação sexual” como forma de legitimar suas identidades ao explicar que não se torna LGBT e sim se nasce LGBT. Segundo Filho (2009), apostar nessa expressão para combater o preconceito é uma estratégia equivocada dados os argumentos conservadores que indicam terapias reversivas para “mudar” essa orientação sexual homossexual. O flerte com abordagens científicas conservadoras e naturalizadoras da sexualidade como a Medicina e a Psicologia seria um perigo.

A segunda onda do Movimento LGBT (1984-1992) pode ser explicada através do surgimento da epidemia de HIV/AIDS, fazendo com que o número de grupos diminuísse. Muitos ativistas da causa homossexual migrariam para lutar contra a epidemia (o que não deixa de ter ainda relação com o ativismo homossexual) em busca de respostas governamentais para a doença. Além disso, a queda da ditadura, do chamado inimigo comum, diluiu o caráter comunitário movimentalista vigente nos anos de chumbo. Faz parte desse período a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), ou seja, a luta pela despatologização. A luta contra o que era chamado de “câncer gay” (vírus HIV) diminuía o caráter revolucionário de liberação sexual ao mesmo tempo em que brotava a necessidade de demonstrar à sociedade que gays e lésbicas também eram “decentes”. Também foi nesse período o surgimento da expressão “orientação sexual” em oposição ao que seria uma opção, uma escolha. O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro assim como o Grupo Gay da Bahia se formalizaram e realizaram uma campanha pela inclusão da não discriminação em virtude da orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso. Mas tal iniciativa viria influenciar o Movimento na luta contra a discriminação e é dessa corrente que surgem legislações punitivas em âmbito estadual e municipal.

A terceira onda do Movimento LGBT (1992-2005) é marcada pelo aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários, grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários, etc.) em todo o país. O projeto neoliberal vigente dos anos 90 fomentou a organização do Movimento em formato de ONG e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo de caráter preventivo do HIV/AIDS. Em virtude do contexto, a agenda de política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no combate ao HIV/AIDS, que irá se transformar no Governo Lula em políticas de direitos humanos e cidadania com a elaboração de políticas afirmativas e participativas de combate à violência. É nessa “onda” que entram em cena com mais força outras identidades – e suas agendas – até então secundárias no Movimento LGBT como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É nesse período que se

formam as grandes redes nacionais que congregam dezenas de organizações locais e de base, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras, além do aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através da organização das Paradas do Orgulho LGBT, outra característica marcante deste período.

É no início da década de 2000 que o Movimento LGBT passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal para a elaboração de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde. Contribuíram para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos assim como a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal. Símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que visaria um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT. Ampliam-se também as articulações entre governos estaduais e municipais, as relações de ativistas LGBT com parlamentares em todas as federações do Poder Legislativo (embora se cresça também uma forte oposição religiosa-conservadora) com a criação e aprovação de projetos de lei³ e do Poder Judiciário, considerado mais aberto às demandas LGBT. Também neste período observa-se a ampliação de um mercado segmentado para a população LGBT e grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior gestadas no governo petista. Ampliou-se também os canais de interlocução entre Movimento LGBT e Estado (em todas as esferas do Poder Executivo) através de uma maior participação social por meio de Conferências e Conselhos de direitos.

Estando em 2017, encontramos-nos doze anos à frente dos escritos de Facchini (2005) sobre as três “ondas” do Movimento LGBT e de lá pra cá

³ As principais pautas no parlamento seriam a Parceria Civil, a criminalização da LGBTfobia e o reconhecimento das identidades trans e suas necessidades.

muitas coisas aconteceram. Aqui ousamos arriscar dizer que o Movimento LGBT vive um contexto que pode, supostamente, ser caracterizado por uma “quarta onda”, na qual observa-se o deslocamento de ativistas LGBT para o interior do Estado, atuando na formulação e execução de políticas públicas por meio de um ativismo institucional, o que tem gerado novos dilemas políticos e teóricos (ABERS; TATAGIBA, 2014).

Além do trânsito fluido entre Estado e sociedade civil, é nesse período que assistimos mais fortemente a organização e a incidência de setores religiosos conservadores e opositoristas da cidadania LGBT nas estruturas do Estado (com mais ênfase no Poder Legislativo, mas com desdobramentos no Poder Executivo) demonstrando também um trânsito fluido entre sociedade civil (igrejas) e sociedade política. Essa configuração reverbera em outros Poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT além de travar matérias legislativas do interesse do segmento no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBTfóbicos/reacionários⁴ e o boicote à políticas elaboradas no Executivo⁵.

Ganha força novas formas de ativismo e perspectivas teóricas pós-modernas com destaque para a Teoria *Queer* e Pós-Coloniais. Aumenta-se ainda mais os espaços de participação social, mas a capacidade deliberativa, entendida como partilha de poder, dilui-se em face da correlação de forças desfavorável na arena política (TEIXEIRA, 2013).

Além das características acima apontadas, observamos também nesta possível “quarta onda” o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais, a ampliação de grupos LGBT universitários – a primeira edição do Encontro Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, data de 2003 – atuando no interior das universidades brasileiras, a organização e atuação mais intensa das outras “letrinhas” (L, B e T), o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa

⁴ Como as que podem ser lidas nas notícias “Proposta sobre cura gay é aprovada em comissão presidida por Feliciano” - <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml>. Acesso em 14/12/2017; “Câmara vota projeto de Cunha contra ‘heterofobia’” - <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/201824/C%C3%A2mara-vota-projeto-de-Cunha-contr-a-heterofobia'.htm>. Acesso em 17/05/2017.

⁵ Ver notícia “Dilma suspende ‘kit gay’ após protesto da bancada evangélica” - <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-suspende-kit-gay-apos-protesto-da-bancada-evangelica/>. Acesso em 14/12/2017.

que tem difundido e produzido conhecimentos e ativismos nas universidades e conseqüentemente a maior quantidade de eventos científicos com temas relativos à Gênero e Sexualidade.

É interessante também perceber uma espécie de “nordestinização” e interiorização desses eventos a exemplo das edições do Desfazendo Gênero, do Enlaçando Sexualidades, do Colóquio Nacional sobre Representações de Gênero e Sexualidade, da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (que já existia desde 1992), do Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais, entre outros. Também é característico desse período a mudança de ênfase no ativismo das questões ligadas às DST/AIDS para pautas mais amplas como direitos humanos, cidadania, violência, educação, cultura e afirmação de identidades.

Também se vê, a partir das influências da Teoria *Queer*, movimentos pós-identitários que, diferentemente do que se viu com a afirmação das identidades LGBT na qual se acirraram as demandas específicas, tem advogado em favor da diluição dessas identidades com o objetivo de questionar toda e qualquer forma de construção e padronização das identidades e defender maior liberdade sobre os corpos e gêneros (COLLING, 2015).

Arrefeceram-se ONGs e projetos destinados a essas organizações ao mesmo tempo que ampliou-se a responsabilidade estatal na elaboração e administração de projetos e políticas públicas, ou seja, o oposto do que ocorreu nos anos 90, marcados pelo aprofundamento do neoliberalismo e pela conseqüente transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil organizada.

Com a transição de muitos/as ativistas para espaços de gestão, o Movimento LGBT passa por uma reconfiguração que tem na ampliação das políticas públicas sua principal característica. No entanto, novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil se estabeleceram seja pela via da parceria ou da tensão. As parcerias ocorrem por meio de projetos e atividades financiadas ou institucionalmente apoiadas conferindo mais força política aos grupos promotores que passam a utilizar os brasões institucionais estatais em suas ações. Já as tensões se dão tanto pelos distintos projetos

políticos em disputa quanto pela competição em nível pessoal entre ativistas (inclusive para “ascender” ao Estado) passando pelas frágeis e insuficientes políticas públicas e estruturas governamentais destinadas à população LGBT. Inclua-se ainda a dificuldade que ativistas LGBT encontram para criticar seus/suas companheiros/as que estão na gestão, o que poderia ser confundido como disputa pessoal e não reivindicação política. Com a institucionalização de políticas públicas LGBT, parte dos ativistas se aproximam dos partidos políticos visando não apenas candidaturas eleitorais, mas almejando incidir na agenda partidária e na gestão pública.

Considerações finais

Como vimos na explanação das trajetórias políticas dos Movimentos Feminista e LGBT em Pinto (2003) e Facchini (2005), apesar de lutarem por uma transformação cultural que rompesse com assimetrias de gênero e sexualidade, os dois movimentos se desenvolveram separadamente com pouca política de alianças e encontros estratégicos de combate ao machismo e à LGBTfobia.

Possivelmente as especificidades que abarcam esses dois grupos tenham contribuído para trilharem suas próprias trajetórias com pouco contato: no caso das mulheres, um movimento organizado nasce no final do Século XIX em torno do direito ao voto enquanto que LGBT surgem na década de 70 lutando contra a violência.

A luta contra a violência é um fenômeno comum a ambos os grupos, mas com diferenças singulares: enquanto as mulheres lutam contra a dominação masculina que as empurram pra esfera privada e as subjagam em quase todas as áreas da vida, LGBT lutam contra uma moral sexual e identitária que define a cisgeneridade e a heterossexualidade como normas hegemônicas. Com as evidentes exceções, as mulheres sofrem violência de seus parceiros na esfera doméstica enquanto LGBT apanham de desconhecidos no espaço público. São opressões emanadas de fenômenos comuns - as normas de gênero e de sexualidade - que se expressam diferentemente para cada segmento.

As opressões diferenciadas operaram na trajetória dos Movimentos em questões específicas como no caso da busca por políticas de saúde: no caso das mulheres as reivindicações se deram no âmbito do planejamento familiar, na luta pelo aborto e pela assistência adequada na gravidez. No caso LGBT, o combate à epidemia do vírus HIV/Aids, além de significar uma luta pela vida representava a superação de estigmas, preconceitos e discriminações.

No decorrer da leitura também se pode observar questões semelhantes tanto pra um Movimento quanto pro outro que tinham relação com esferas macropolíticas ou conjunturais. Aqui me refiro, por exemplo, a luta contra a repressão da ditadura e a moral conservadora da direita familista; a acusação das esquerdas de que se tratavam de lutas secundárias e divisionistas; a tensão entre a autonomia dos movimentos e a luta contra o regime e contra outras formas de opressão e exploração; a aposta na Constituinte de 88; a caminhada para a institucionalização; a ONGueização do Movimento; a disputa para entrar nos partidos políticos e nos cargos eletivos; a atuação em formas alternativas de participação política como Conselhos de Políticas Públicas e Conferências, além do ativismo institucional que expressa a entrada de ativistas feministas e LGBT nos cargos de gestão pública.

Outro ponto digno de nota é quanto a essa agenda de pesquisa (interconexões entre feministas e LGBT). Ela precisa ser mais explorada e desenvolvida, inclusive a partir de outras práticas metodológicas. O esmiuçamento da bibliografia realizado nesse trabalho representa um passo inicial para o desdobramento de outras investigações nesse campo bem como o fomento a uma agenda de pesquisa nessa temática.

Apesar de distintos e complexos, os Movimentos Feminista e LGBT possuem mais pontos em comum do que parecem perceber e acumulam uma reserva de potência que pode ser explorada criativamente de maneira conjunta e parceira na busca pela dignidade, cidadania, justiça, igualdade e direitos. Foi isso o que esse trabalho buscou evidenciar e provocar teórica e politicamente.

Referências

ABERS, Rebecca, TATAGIBA, Luciana. 2014. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: 38°

Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2014, Caxambu. Cadernos de Comunicações. Caxambu: ANPOCS, 2014.

COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

FILHO, Alípio Sousa de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. Revista Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades, Natal, vol. 3, n. 4, p. 59-78, jan-jun. 2009.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Uma crítica lésbico-feminista ao discurso transgênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 373-376, jan-abr. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes - mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

VIEIRA, Rafael Lima. Intencionalidades políticas no pensamento educativo da militância LGBT em Caruaru. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

Texto recebido em: 14/12/2017

Texto aprovado em: 20/04/2018